

Perspectivas Latino-Americanas para 2017

R. Evan Ellis

Este artigo foi originalmente publicado na revista *Regional Insights* (2012 edition, No. 1, April), Center for Hemispheric Defense Studies.

O AMBIENTE DE DEFESA e segurança da América Latina vem passando por uma transição significativa. Este artigo analisa algumas das tendências atuais e como elas podem afetar a região nos próximos cinco anos, concentrando-se em quatro questões:

- Quais serão os principais temas/tendências na região entre 2012 e 2017?
- Que principais questões/acontecimentos poderiam alterar seu atual curso?
- Quais serão os principais atores na região nos próximos cinco anos?
- Que papel será desempenhado pelos militares nesse mesmo período?

Como o período de previsão está um tanto próximo, a maioria das tendências que afetarão a região nesse prazo tem suas raízes em dinâmicas que estão se desenrolando no presente.

Principais Temas e Tendências até 2017

No nível macro, é provável que os próximos cinco anos na América Latina sejam dominados por quatro influências inter-relacionadas: a China, o crime organizado, os povos indígenas e a integração física e política da região. A interação dessas influências com outras dinâmicas regionais provavelmente dará origem, no mínimo, aos nove temas a seguir:

Crescimento de uma Economia Política Voltada para a Ásia na América do Sul. O relacionamento comercial da América do Sul com

a Ásia se ampliará e aprofundará ainda mais do que antes, com investimentos chineses nos setores agrícola, petrolífero e de mineração e investimentos selecionados nos setores de manufatura, varejo e serviços.

A República Popular da China (RPC) se tornará, progressivamente, um ator externo dominante, recebendo, às vezes, mais atenção da região que a Europa e os Estados Unidos da América (EUA), a despeito das reais cifras de comércio. Países banhados pelo Oceano Pacífico, como o Chile, o Peru, o Equador e até a Colômbia, continuarão a colocar-se como portais entre a Ásia e a América Latina, dedicando considerável tempo às suas estratégias individuais em relação à China; à sua posição coletiva por meio de novos blocos, como a Aliança do Pacífico; e à sua filiação ao fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês).

No Caribe, a China terá uma projeção especialmente forte e diferenciada, com milhares de operários chineses empregados na construção de infraestrutura e dos projetos hoteleiros da região, incluindo o complexo de hotéis e cassinos Baha Mar, nas Bahamas; o Cable Bay, na República Dominicana; e o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura, na Jamaica. Complementando a presença desses operários, está prevista a entrada de milhares de turistas chineses. Além disso, caso a trégua informal entre a RPC e Taiwan entre em colapso depois das recentes eleições neste último, ela se empenhará em mudar a posição dos seis Estados caribenhos que continuam a reconhecê-lo, o que fará com que o Caribe receba ainda mais atenção diplomática e investimentos chineses.

R. Evan Ellis, Ph.D., é professor associado do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa — CHDS, da National Defense University. Suas atividades de pesquisa têm como foco os relacionamentos da América

Latina com atores externos, tema que abordou em 48 artigos e no livro China in Latin America: The Whats and Wherefores, publicado em 2009.



Integrantes de uma guarda de honra chinesa marcham durante cerimônia de boas-vindas para o Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA, AE Peter Pace, do Corpo de Fuzileiros Navais, no Ministério da Defesa, em Beijing, China, 22 Mar 07.

Ampliação do Relacionamento de Defesa da China com a América Latina. A RPC também ampliará seus relacionamentos de defesa com a região, com um crescente intercâmbio de oficiais; mais visitas por navios-hospital chineses, como a *Arca da Paz* no Caribe, em 2011; mais exercícios humanitários bilaterais, como o *Angel de Paz*, com o Peru, em novembro de 2010; e possivelmente a assistência humanitária militar bilateral, depois de um próximo grande desastre na região. A expansão do relacionamento militar da China com a região também incluirá, provavelmente, maiores doações de meios não letais e de veículos militares e mais vendas de produtos acabados, incluindo radares, viaturas blindadas, aeronaves de treinamento e transporte, helicópteros e veículos de logística, aproveitando o histórico de suas mercadorias nos países da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas).

Reação à Crescente Presença Física Chinesa.

A crescente projeção da China na América Latina, incluindo a maior presença física de empresas e operários chineses, afetará cada vez mais a dinâmica política da região. Grupos de interesse poderosos e bem posicionados, em países como o Brasil e a Argentina, buscarão a aprovação de mais tarifas e barreiras à entrada de mercadorias chinesas, assim como restrições à compra de terras e outros bens por investidores chineses.

Os projetos chineses devem enfrentar especial resistência por uma combinação de grupos ambientalistas e indígenas — como pode ser visto nas atuais manifestações contra o projeto da Sinohydro para a construção de uma represa em Chone, no Equador, e nas reclamações contra as operações de mineração das empresas Shougang e Shin Pe, no Peru, e contra o projeto de cultivo irrigado de soja na região do Rio Negro, na Argentina.

O crescente volume de projetos e operários chineses provavelmente levará a um aumento de incidentes violentos, como a invasão do campo petrolífero operado pela Andes Petroleum em Tarapoa, no Equador, em novembro de 2006; os bloqueios violentos contra a PetroOriental, em Orellana, no Equador, em 2007; e o sequestro de funcionários da Great Wall Drilling Company em Caquetá, na Colômbia, em junho de 2011. Essas ocorrências exigirão maiores esforços de coordenação entre o governo chinês, suas empresas e os governos e forças de segurança pública da América Latina.

Transformação do Bolivarianismo em Clientelismo Chinês. Nos países da ALBA, uma dependência cada vez maior em relação a empréstimos e investimentos da RPC terá um impacto especialmente marcante nos próximos anos, transformando o movimento bolivariano

em uma espécie de relação de clientelismo com os chineses. Na Venezuela, ou Hugo Chávez se manterá suficientemente saudável para vencer as eleições de 2012 ou passará o manto para Diosdado Cabello, conservando os beneficiários do chavismo no poder. Em ambos os casos, é provável que a RPC assuma um papel crescente na avaliação e supervisão de projetos financiados com empréstimos chineses, extraíndo, em troca, consideração especial para suas empresas e, nos bastidores, certa moderação em relação aos países vizinhos à Venezuela, onde formas mais agressivas do radicalismo venezuelano poderiam ameaçar os interesses chineses.

No Equador, embora o Presidente Correa tenha reclamado publicamente sobre as condições de oferta de crédito da China, seu governo provavelmente tomará mais empréstimos de bancos chineses, além dos US\$ 7,3 bilhões já recebidos nos últimos dois anos.

Apesar de sua crescente dependência em relação à RPC, os países da ALBA continuam sendo uma incógnita em termos de seu potencial para gerar crises na região. A possível morte de Chávez, na Venezuela, poderia desencadear uma situação instável, com Diosdado Cabello e outros chavistas disputando o controle do governo e tentando manter o chavismo, enquanto a busca de objetos de crítica por parte de membros da oposição os levaria a questionar publicamente a legitimidade das obrigações de empréstimo para com os chineses, assumidas durante o atual regime. Em tais circunstâncias, a RPC poderia acabar decidindo quem subiria ao poder, caso negociasse com a oposição para proteger seus investimentos no país. A Bolívia, com a saída do último dos governadores de oposição da região de Media Luna (Rubén Costas, de Santa Cruz), parece vir se consolidando como um regime autoritário de esquerda, mas a deserção de grupos indígenas da coalizão de Morales ainda pode gerar surpresas. Em Cuba, há também a possibilidade de que Fidel, Raúl ou ambos venham a falecer nos próximos cinco anos.

O que é irônico é que, à medida que os membros da ALBA também passem a ser centros de criminalidade na região (a Bolívia como fonte de drogas

e a Venezuela como país de trânsito, lavagem de dinheiro e área segura principalmente), a RPC talvez se veja exercendo um papel junto a eles. Esse papel seria semelhante ao que ela desempenha atualmente junto à Coreia do Norte — de interlocutor entre esses regimes e o Ocidente. Buscaria manter uma distância discreta para evitar que sua reputação fosse afetada, conservando, ao mesmo tempo, seu poder de influência, que a tornaria um ator útil, a ser envolvido pelos EUA na perseguição de objetivos junto a esses países futuramente.

Resistência Indígena ao Desenvolvimento e Integração Regionais. Outro tema emergente será a crescente reação dos povos indígenas e outros grupos marginalizados aos efeitos da globalização. Eles irão às vezes aliar-se, outras vezes opor-se aos demais grupos desfavorecidos, voltando-se contra líderes esquerdistas que, a seu ver, os tenham traído, da mesma forma que se viraram contra a direita. No Equador, a organização indígena CONAIE se voltou contra seu antigo aliado Rafael Correa em função da nova lei de mineração, entre outras questões, da mesma forma que grupos aimarás e outros povos indígenas das planícies passaram a opor-se a Morales.

O potencial para uma reação adversa por parte dos grupos indígenas está relacionado com a crescente presença da China na região (embora não se restrinja a ela), mediante novos investimentos nos setores de petróleo e de mineração e nova



Agência Brasil, Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Os Presidentes Fernando Lugo, do Paraguai; Evo Morales, da Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Rafael Correa, do Equador; e Hugo Chávez, da Venezuela, participam de encontro com integrantes do Fórum Social Mundial, painel "América Latina e o Desafio da Crise Internacional", 29 Jan 09.

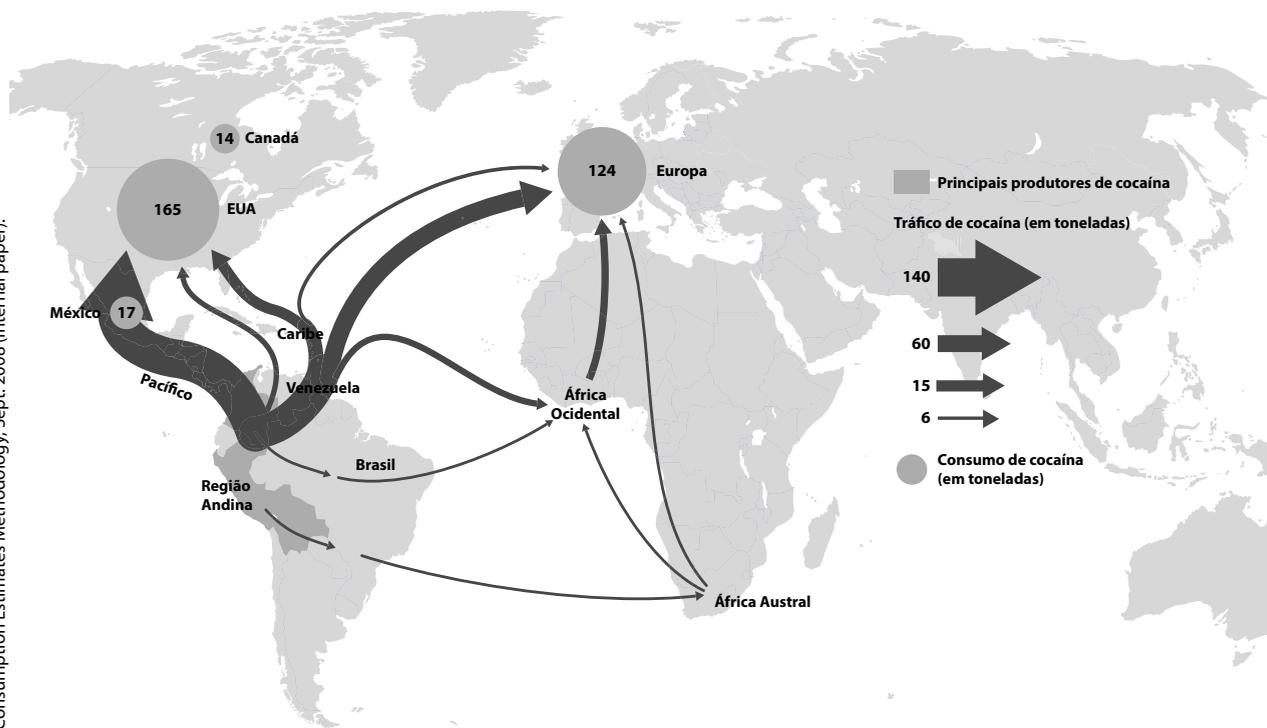
infraestrutura, que tornam áreas anteriormente isoladas do continente bem mais acessíveis a pessoas de fora. Além disso, como demonstram os incêndios florestais ligados a protestos por índios mapuches, no Chile, em janeiro de 2012, e os distúrbios na costa caribenha da Nicarágua, essa dinâmica não se limitará, necessariamente, à região andina.

No Equador, a abertura do Parque Nacional Yasuni à perfuração, em 2013, e as novas operações de mineração a céu aberto em Zamora Chinchipe pela firma chinesa Tongling têm o potencial para gerar problemas com os povos indígenas. No Peru, é provável que os problemas se agravem em pelo menos um dos cinco principais projetos de mineração chineses, embora, até o presente, dificuldades em Toromocho e Rio Blanco não tenham causado problemas na escala vista em Bagua em 2009 ou em Cajamarca atualmente. Na Bolívia, o confronto entre grupos indígenas e o governo Morales quanto à construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) é um tema que provavelmente ressurgirá em relação a outros projetos no futuro. Novos projetos — como

a recém-concluída Rodovia Interoceânica Sul, que conecta o Brasil ao Pacífico, em Ilo, Peru; a quase completa Interoceânica Norte, que liga o Brasil a Paita, corredor entre Manta e Manaus; e o corredor interoceânico que passa pelo norte do Chile e através da Bolívia — abrirão terras indígenas previamente isoladas na Amazônia a novos colonos, madeireiros ilegais, traficantes e outros grupos, intensificando o conflito.

Agravamento da Crise na América Central. A América Central provavelmente continuará a sofrer o impacto de sua posição como ponte terrestre entre os países fornecedores da América do Sul e os mercados de drogas dos EUA e do Canadá. É provável que a área do Triângulo do Norte, em particular, passe por um ciclo de agravamento da criminalidade e da violência e de enfraquecimento do governo, impulsionado por organizações criminosas transnacionais (OCT). O dinheiro do trânsito de drogas continuará a financiar violentas gangues locais, como Mara Salvatrucha e Barrio-18, cujos integrantes servirão como “mulas”, matadores profissionais e distribuidores locais para as OCT. Com essas verbas e com a estrutura familiar alternativa que elas proporcionam, essas gangues

Fonte: UNODC, World Drug Report 2009, e cálculos do UNODC, baseados em US ONDCP, Cocaine Consumption Estimates Methodology, Sept. 2008 (internal paper).



Principais fluxos de cocaína no mundo, 2008

continuarão a atrair a juventude perdida da região, onde a violência expulsou as empresas legítimas e as oportunidades econômicas, levando à emigração, desintegrando famílias e deixando os jovens que ficaram para trás ainda mais vulneráveis e propensos a entrar para esses grupos. O deslocamento de alguns integrantes de cartéis do norte, em função das atividades do Estado mexicano, e a entrada de outros elementos de organizações criminosas farão com que a violência aumente, à medida que grupos bem treinados e financiados se envolverem em disputas territoriais com gangues de jovens nihilistas, mas relativamente indisciplinadas. Em resposta, haverá maior pressão para que forças de segurança privadas ou elementos nocivos dentre os militares adotem táticas de esquadrão da morte para controlar a criminalidade a qualquer custo.

Novas Tecnologias e Padrões no Tráfico de Drogas. O enorme lucro a ser obtido com a produção, entrega e venda de drogas ilegais continuará a estimular inovações pelas OCT, que tirarão pleno proveito da tecnologia, do capital humano e de outros recursos à sua disposição. Nos Andes e na América Central, um aumento dos esforços para bloquear rotas de tráfico aéreas, terrestres e marítimas tradicionais talvez leve a maior uso tanto de soluções baseadas no emprego de mão de obra intensiva quanto de soluções centradas na tecnologia.

Com respeito a soluções baseadas em mão de obra intensiva, as OCT continuarão a descobrir formas inovadoras de empregar “mulas”, tanto em termos da variedade de pessoas recrutadas quanto do modo pelo qual são utilizadas.

Na frente tecnológica, é provável que haja avanços e maior emprego de narcosubmarinos verdadeiramente submersíveis. Considerando o fato de que um deles é capaz de transportar entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões de cocaína em uma única viagem, há fortes incentivos para continuar a investir em sua obtenção, utilizando tanto embarcações invisíveis ao sonar e de maior capacidade quanto um número maior de embarcações de menor custo, apostando que pelo menos algumas conseguirão passar sem serem detectadas. Essa tecnologia pode levar a um jogo de “gato e

rato” em relação a espaços que não estejam sob o controle do governo e sejam difíceis de monitorar, onde tais embarcações podem ser construídas sem serem notadas.

Nesse período, as OCT provavelmente começarão a utilizar, também, veículos não tripulados de todos os tipos, incluindo aeronaves, barcos e submarinos, eliminando o risco de captura da tripulação, reconhecendo que o custo para construí-los poderia ser recuperado com o êxito de uma única viagem, mesmo que alguns sejam perdidos devido a falhas tecnológicas.

A utilização da rota Andes-Atlântico-África-Europa pelas OCT também crescerá, com o norte da Argentina, o Uruguai e o sul do Brasil experimentando não só um aumento no transporte, mas também no processamento de cocaína e de drogas sintéticas. A violência também se intensificará nessa área, conforme as OCT disputarem rotas mais rentáveis.

Fluxos Criminosos Emergentes entre a Ásia e a América Latina. É provável que a atenção à atividade criminosa entre a Ásia e a América Latina se intensifique. O fluxo de entorpecentes em si não será tão importante nessa atividade emergente quanto o suprimento de substâncias químicas precursoras e de mercadorias de contrabando da RPC para a América Latina e a produção de metanfetamina e de outras drogas sintéticas por OCT chinesas no México e no Canadá, com destino à exportação para os EUA. O tráfico de pessoas da China através da América Latina também será um problema crescente, com uma variedade de rotas, incluindo a costa do Pacífico do Equador, Colômbia e Peru, o Caribe e a América Central, fazendo interseção com outros tipos de atividade criminosa na região. A utilização de bancos chineses para a lavagem de dinheiro por OCT latino-americanas também aumentará, com a proliferação de vínculos bancários entre a América Latina e a China, tirando proveito da limitada visibilidade dessas instituições para os governos ocidentais. O crescente envolvimento de OCT baseadas na Ásia também poderá gerar violência, se esses grupos começarem a disputar território (incluindo o tráfico transpácífico de

substâncias precursoras e metanfetamina ou o contrabando de pessoas através da América Central) com os cartéis mexicanos ou com as Bacrim (“bandas criminais”) da Colômbia.

Conceitos Concorrentes de Integração Regional. Esse período assistirá a um forte contraste entre consideráveis avanços na integração física das Américas, impulsionados pelo interesse em fazer negócios com a Ásia, e divergências persistentes quanto a conceitos de integração política. É provável que a dinâmica dos próximos cinco anos seja semelhante à do passado, com o nascimento de novas instituições ao lado das antigas, sem que haja um esforço efetivo para conciliar autoridades e papéis coincidentes e, por vezes, contraditórios. Com o declínio da influência estadunidense na região, a Organização dos Estados Americanos tenderá a exercer um papel menor em comparação com a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que parece estar fazendo algum avanço na definição de instituições pragmáticas, como o Conselho de Defesa Sul-Americano. Embora a recém-criada Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) vá continuar a receber apoio, o Brasil e outros países do Cone Sul provavelmente não a deixarão transformar-se em uma organização verdadeiramente funcional, uma vez que a inclusão de nações caribenhas endividadas com a Venezuela por meio da Petrocaribe aumentaria a influência de Chávez nessa nova entidade, quando comparada com alternativas como a UNASUL.

A Comunidade Andina de Nações (CAN) deve permanecer em dificuldades, devido à saída da Venezuela, em 2006, mas não deve desaparecer. O Mercosul seguirá sendo um bloco ineficaz representando os Estados atlânticos da América do Sul, separados dos países cada vez mais vibrantes e voltados à Ásia, no Pacífico, representados pela nova Aliança do Pacífico (especialmente se a Venezuela for admitida)¹.

Principais Questões ou Eventos Capazes de Alterar o Curso da Região

Embora seja mínima a possibilidade de que haja um único evento específico que possa alterar radicalmente o curso da região, é provável que

algo significativo aconteça nos próximos cinco anos, que mude consideravelmente sua dinâmica.

Algo que vem recebendo cada vez mais atenção — com as notícias econômicas negativas vindas dos EUA, da Europa e, agora, da China — é a possibilidade de um choque econômico externo, que provoque ondas de distúrbios sociais e violência política e transforme radicalmente a opinião prevalente sobre questões econômicas, incluindo o papel central do comércio com a RPC e dos investimentos dela na região, no futuro.

Tal choque muito provavelmente se originaria de uma destas duas fontes: o agravamento de uma crise na zona do euro, que viesse a espalhar-se para os EUA; ou um impasse orçamentário em um ano de eleição nesse país, que provocasse outra crise fiscal e gerasse pânico nos dois lados do Atlântico. O correspondente declínio na demanda de consumo e nos investimentos dos EUA e da Europa teria impacto direto sobre os exportadores e mercados de capitais latino-americanos. Ao mesmo tempo, afetaria os exportadores e mercados de capitais chineses, que detêm um enorme volume de dívida em dólares e euros. Esses choques na demanda e nos mercados de capitais poderiam levar ao estouro da bolha no mercado imobiliário chinês, ao fechamento de fábricas naquele país e ao retorno de milhões de trabalhadores indocumentados para o campo, provocando um colapso econômico e agitação, passíveis de se reforçarem mutuamente, e uma crise política e econômica não vista no país desde antes de 1978.

As implicações de uma crise como essa para a América Latina seriam devastadoras. O declínio simultâneo na demanda por *commodities* por parte dos EUA, da Europa e da China e a respectiva queda de preços trariam maior prejuízo aos países que mais se beneficiaram da explosão de exportações nesse setor: Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Brasil e Paraguai. Novos investimentos de atores externos, previstos para os setores de petróleo e mineração, provavelmente seriam suspensos, prejudicando, principalmente, o Peru e o Brasil, mas também a Venezuela e o Equador. As sólidas instituições governamentais e comerciais e as

reservas financeiras do Chile o permitiriam sobreviver a uma “tempestade” como essa, mas poderiam ocorrer crises políticas em alguns dos regimes mais afetados: Peru, Argentina e Bolívia. Além disso, o ambiente político poderia tornar-se particularmente hostil à China, uma vez que os latino-americanos se sentiriam desiludidos com a queda na demanda de *commodities* e nos investimentos chineses, ao passo que a contínua invasão de mercadorias chinesas se transformaria em um fator de irritação de grande visibilidade, na esteira de crescente desemprego e do colapso do setor manufatureiro.

Outro tipo de surpresa seria um incidente terrorista sério na região. Um possível cenário envolveria a ativação de células ou agentes pré-posicionados na região pelo Irã, possivelmente em resposta à ação estadunidense contra seu programa nuclear ou outra provocação semelhante.

Caso envolvesse baixas maciças ou a detonação de uma arma de destruição em massa, o evento terrorista provavelmente seria um divisor de águas na política da região. Se o ataque ocorresse em solo estadunidense e fosse executado principalmente a partir da América Latina, é possível que os EUA passassem, por algum tempo pelo menos, a dedicar considerável atenção e recursos à região.

Outro evento decisivo para a região poderia ser uma ação militar continuada por parte dos EUA, envolvendo forças terrestres em solo latino-americano. Uma intervenção como essa poderia resultar de um evento terrorista, como o citado anteriormente, dependendo de suas circunstâncias. Outra possibilidade seria um perigo iminente ao território continental dos EUA, como o envio de mísseis iranianos para a Venezuela ou a cooperação iraniana na construção de uma usina nuclear naquele país.

Por fim, um desastre natural, como a série de terremotos devastadores ao longo do Pacífico, também



O Presidente Rafael Correa, do Equador, e o Presidente Mahmoud Ahmadinejad, da República Islâmica do Irã, concedem entrevista coletiva sobre os resultados de seu encontro. Quito, Equador, 12 Jan 12.

Eduardo Santillán Trujillo/Presidencia de la República

poderia virar a maré na região, caso a resposta fosse particularmente mal administrada pelos governos afetados. Historicamente, esses incidentes — como o terremoto em Manágua, em 1972, ou o ocorrido no México, em 1985 — levam as pessoas a perderem a confiança no governo existente, caso convençam uma massa crítica da população que ele não é capaz de zelar pelo bem comum.

Principais Atores nos Próximos Cinco Anos

Os EUA seguirão sendo um importante investidor, parceiro comercial e força política na região, mas seu peso político e econômico irá retirar-se cada vez mais para o norte, sendo mais forte no México e na América Central. Também continuarão a exercer considerável papel no Caribe, mas a RPC apresentará um desafio surpreendentemente forte à sua influência.

Ela continuará se tornando o novo ator mais poderoso e visível no hemisfério, sendo sua influência concentrada na América do Sul, onde consolidará sua posição como principal parceiro econômico, utilizando seu poder como investidor, cliente e, cada vez mais, empregador. Nos países-membros da ALBA, a China provavelmente desempenhará um papel de assessoria cada vez mais invasivo, supervisionando a administração de projetos financiados com empréstimos chineses

e coordenando a definição de novos projetos junto aos respectivos governos. Em toda a região, ela se tornará progressivamente mais ativa, tanto em missões humanitárias que contribuam para sua imagem quanto em maior cooperação com as forças de segurança da região para proteger os interesses de companhias e cidadãos chineses. Também utilizará sua crescente influência de maneiras mais agressivas, para prevenir a criação de tarifas e medidas protecionistas, impedir novas leis e ações prejudiciais às suas empresas na região e assegurar que os governos latino-americanos honrem suas obrigações financeiras para com os bancos chineses.

Durante esse período, a Índia também desempenhará maior papel na América Latina. Sua atividade se concentrará em um número reduzido de setores, como o agrícola, de mineração, de petróleo e de produtos de luxo. Será concorrente da RPC, como no caso da exploração das jazidas de ferro de El Mutún, em Santa Cruz, na Bolívia, mas também eventual parceira, como tem sido no desenvolvimento de depósitos petrolíferos da região de Magdalena Medio, na Colômbia, por meio do empreendimento conjunto Mansrovar. De modo geral, a Índia terá menos capital e influência que a China na América Latina, mas suas empresas terão vantagens inerentes em relação aos

concorrentes chineses, incluindo o uso do inglês como segundo idioma comum e a familiaridade em atuar em sistemas políticos pluralistas com burocracias corruptas e ineficientes e movimentos trabalhistas e comunidades locais problemáticas.

Os interesses da Índia na América Latina serão primordialmente comerciais, com exceção do Brasil, onde a aliança estratégica Índia-Brasil-África do Sul provavelmente adquirirá maior peso sob a Presidenta Dilma Rousseff. A influência da Índia, por vezes, rivalizará com a da China no Brasil, Argentina, México e áreas anglófonas do Caribe, como Trinidad, mas não dominará economicamente nenhum país em particular.

A Rússia continuará a exercer um papel secundário na América Latina como país fornecedor de armas, ator na indústria petrolífera e parceiro político para um grupo seleto de Estados: Venezuela, Equador, Nicarágua, Peru e Cuba. Com sua vitória na eleição presidencial de março de 2012, Vladimir Putin se sentirá livre, provavelmente, para tomar iniciativas arrojadas na região, a fim de dar um “recado” aos EUA, como em 2008, quando este país enviou navios de guerra para o Mar Negro durante a guerra entre a Abkházia e a Ossétia do Sul. Entretanto, é improvável que a Rússia amplie consideravelmente sua influência, que pode até diminuir se

houver uma queda nos preços do petróleo, que sustentam a renda de exportações do país, ou se um de seus aliados, como a Venezuela, entre em uma crise.

O Irã, como a Rússia, deve exercer o papel de agente de irritação na região, atuando principalmente por meio da Venezuela e da Bolívia e, em menor grau, do Equador e da Nicarágua. A visita do Presidente Ahmadinejad, em janeiro de 2012, à Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua — um acréscimo a uma



CFN do Brasil

O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é acolhido no Irã pelo Presidente Mahmoud Ahmadinejad.

fortuita programação prévia — assemelha-se à diplomacia russa na região no final de 2008, destacando a capacidade iraniana de projetar sua presença em países próximos aos EUA, em meio a crescentes tensões, em que forças estadunidenses sejam posicionadas perto do Irã.

O relacionamento do Brasil com o resto das Américas será filtrado pelo prisma de sua projeção internacional e de seus interesses nacionais.

Embora o Irã tenha sido, temporariamente, o beneficiário de uma tentativa do governo Lula de se projetar no cenário mundial como mediador em relação ao programa nuclear, a estratégia fracassou visivelmente em julho de 2010, quando o acordo proposto pelo Brasil e pela Turquia foi ignorado pelo Conselho de Segurança da ONU. Desde que assumiu a presidência, Dilma Rousseff vem se distanciando de iniciativas como essa. Até a presente data, o Irã não contou com recursos financeiros suficientes para oferecer uma assistência significativa na região, além das clínicas e demais instalações simbólicas construídas na Venezuela e na Bolívia, e isso não deve mudar. Ademais, não há uma lógica de mercado ou suficiente capital privado iraniano para sustentar uma ampliação significativa das relações comerciais entre o país e a região.

O Irã provavelmente continuará a desenvolver contatos financeiros e de outra natureza com as comunidades islâmicas da América Latina, embora esteja em desvantagem nesse aspecto, uma vez que elas são, em sua maioria, sunitas, ao passo que a principal variante iraniana é xiita. Entretanto, caso não haja oposição considerável, o emprego iraniano de forças de elite e de outros agentes na região e seu cultivo de contatos com as comunidades islâmicas em locais como a região de Guajira, na Colômbia, ou com a população indígena na região de Chapare, na Bolívia, provavelmente continuarão.

Embora o Presidente Ahmadinejad tenha consolidado poder desde sua polêmica vitória

em junho de 2009, os fracos resultados obtidos por sua coalizão nas eleições para o parlamento iraniano (*Majlis*), em março de 2012, podem exigir que o regime se aproxime de aliados externos, que o apoiem em suas batalhas políticas internas. Além disso, como observado anteriormente, se as hostilidades com o Irã no Golfo se intensificarem e levarem à ação militar (no presente ou no caso de uma quase inevitável repetição do incidente no futuro), o país poderia acionar sua modesta rede de terrorismo que, acredita-se, ele vem desenvolvendo na região.

Dentro da própria América Latina, o Brasil será um ator cada vez mais dominante. Ironicamente, a diferença de idioma em relação ao resto da região e a distância historicamente mantida pelo Brasil farão com que ele continue a parecer um ator externo, mesmo fazendo parte da América Latina e se empenhando ativamente em prol de uma integração física, econômica e militar mais próxima com ela.

O relacionamento do país com o resto das Américas será filtrado pelo prisma de sua projeção internacional e de seus interesses nacionais. Por um lado, seus crescentes vínculos com a Ásia e seu interesse em desenvolver áreas do interior o levarão a dar importância aos vizinhos sul-americanos localizados na Cordilheira dos Andes, que separa o Brasil do Pacífico. Embora o Peru seja, atualmente, seu principal alvo em relação ao Pacífico, a mesma lógica se aplica, potencialmente, ao seu relacionamento com o Chile, Bolívia, Colômbia e Equador. O Brasil dará cada vez mais atenção aos corredores comerciais da Interoceânica Sul, para o transporte de soja, bens de consumo e outros itens de valor entre seu interior e o Pacífico. Não retomará sua postura prévia de tentar industrializar e povoar a Amazônia, mas dedicará crescente atenção ao controle e administração dessa área cada vez mais vital, mas também cada vez mais problemática. Em menor grau, o Brasil se concentrará no relacionamento com a Argentina e com o Uruguai, devido à proximidade destes dois últimos com o cada vez mais importante centro industrial e científico no entorno de Campinas. Outro fator é que a Argentina e o Brasil ocupam o

corredor do Rio Paraguai e Rio Paraná, importante rota de exportação.

Durante esse período, o Brasil ampliará consideravelmente suas capacidades militares, incluindo a obtenção de submarinos nucleares e convencionais, a futura conclusão de sua há muito adiada aquisição de caças e a finalização ou modernização de quatro grandes sistemas de vigilância e controle (SIVAM [interior], SISFRON [fronteiras terrestres], SISGAAz [mar territorial] e CINDACTA [espaço aéreo]). Essa crescente capacidade provavelmente estimulará maior agressividade diplomática por parte do país, ao mesmo tempo que o tornará mais aberto a alianças regionais, que deixarão de parecer ameaçadoras, a partir de sua posição de maior força.

Além desses atores, a liderança da América Latina seguirá sendo fragmentada em ilhas políticas, com alianças e interesses transitórios. Apesar de seu peso econômico e tradicional papel de liderança, o México continuará tendo sua atenção desviada para sua contínua luta contra as OCT, o que o impedirá de assumir um papel mais ativo na região. A Colômbia e o Chile continuarão a ser importantes atores econômicos, permanecendo fora, porém, do grupo central de países latino-americanos devido às suas políticas externas e econômicas relativamente conservadoras. A Venezuela, apesar de seu empenho em promover a integração regional segundo suas próprias regras e iniciativas, ficará cada vez mais desacreditada entre os países vizinhos como sendo uma experiência fracassada de socialismo e uma cleptocracia disfuncional.

Papel dos Militares nos Próximos Cinco Anos

Quanto às Forças Armadas latino-americanas, apesar de seu empenho em manter o foco em missões tradicionais, as necessidades do país e a luta por recursos institucionais as envolverão cada vez mais em missões de segurança interna. Ironicamente, como na geração anterior, as Forças Armadas da região estão voltando a concentrar-se em missões de ordem interna, mas com um menor aspecto político desta vez, combatendo, principalmente, adversários financiados pelo crime e

motivados pelo lucro e atuando sob a autoridade civil, com o apoio da maioria da sociedade.

Há disputas territoriais não resolvidas na região, que podem ocasionar incidentes diplomáticos ou atos de violência acidentais, incluindo a disputa do Rio San Juan envolvendo a Costa Rica; a questão Falklands/Malvinas; as reivindicações relativas ao Oceano Pacífico entre Chile, Bolívia e Peru; ou as divergências aparentemente dirimidas entre Colômbia, Venezuela e Equador. Não obstante, a possibilidade de uma guerra entre Estados da região continua a ser relativamente baixa. Na América Central e no Caribe, a missão de combate às OCT já ultrapassou em muito a prestação de apoio aos órgãos de segurança pública, como visto no emprego da Força de Defesa da Jamaica na retomada da área de Tivoli, em maio de 2010; na declaração de lei marcial em Petén (Guatemala), em maio de 2011; no desdobramento das Forças militares hondurenhas em San Pedro Sula e Tegucigalpa, em novembro de 2011; e no envio das Forças Armadas nicaraguenses às zonas rurais.

Embora a situação varie dependendo do país, os militares vêm se tornando a principal força para impor o controle estatal sobre territórios dominados por narcotraficantes, gangues violentas e grupos paramilitares, servindo também como força de ataque, em uma tentativa de derrotar esses grupos por parte dos Estados da região, diante de sua incapacidade para processar seus integrantes judicialmente. Nos Andes, como na América Central, as missões principais das Forças Armadas continuarão a concentrar-se nas OCT, embora o foco seja diferente. Na Colômbia e no Peru, algumas OCT declararam objetivos políticos (as FARC e o ELN, na Colômbia; o EPP, no Paraguai; e facções do Sendero Luminoso, no Peru). Entretanto, a menos que haja alguma verdadeira possibilidade de que essas organizações derrubem o governo, o papel das Forças Armadas em combatê-las será definido, principalmente, pelas atividades criminosas que sustentam esses grupos². Nesse ponto, as necessidades e vulnerabilidades das OCT atuantes nos Andes, em países da zona de origem de narcóticos, continuarão a distinguir-se significativamente das que operam na América Central.

Em países de origem, as OCT precisam manter o Estado fora de áreas mais amplas do país por períodos mais longos, a fim de cultivar folhas de coca e papoulas e transformá-las nos produtos finais. Em contrapartida, nos países da zona de trânsito, as OCT precisam apenas manter suficiente capacidade para intimidar e corromper as autoridades, a fim de garantir a passagem de remessas de drogas. Entretanto, até mesmo em países da zona de origem, como a Colômbia e o Peru, os grupos do narcotráfico se transformarão em organizações criminosas diversificadas e politicamente influentes, cuja mistura de atividades será adaptada, na busca de máximo lucro e menor sujeição à aplicação da lei.

No Brasil, as Forças Armadas também serão cada vez mais utilizadas na defesa dos recursos naturais...

No Triângulo do Norte, Caribe e alguns países andinos, as Forças Armadas continuarão a ser empregadas na manutenção da ordem pública, como ocorrido em Bagua, no Peru, em 2009, e, mais recentemente, em Cajamarca. Como no passado, as Forças Armadas continuarão a ser um instrumento implicitamente político, em locais onde as demais instituições governamentais careçam de capacidades adequadas ou de aceitação pelos principais segmentos da sociedade para resolver disputas fundamentais. Isso ocorreu não apenas em Honduras, em 2009, mas também na Bolívia, onde impediram a secessão dos Estados de planície, em 2008. Esse papel implicitamente político também é visto na Venezuela, onde as milícias, recém-integradas às Forças Armadas regulares, estão sendo preparadas para o combate de guerrilha, para após uma derrota das forças convencionais em resposta a uma prevista invasão pelos EUA.

No cone sul, as Forças Armadas provavelmente serão cada vez mais envolvidas em papéis especializados, para apoiar forças policiais e de fronteira em missões de combate às drogas, especialmente no Uruguai, onde recursos militares são particularmente limitados. Na Argentina, as atividades de tráfico das OCT passarão a ser prioridade para as forças de segurança pública, como a guarda costeira, a polícia federal, e a *gendarmería*, mas as Forças Armadas tradicionais continuarão a ser excluídas, por lei, da missão de segurança pública.

No Brasil, as Forças Armadas também serão cada vez mais utilizadas na defesa dos recursos naturais, incluindo os depósitos petrolíferos recém-descobertos na costa e a madeira na Amazônia. Além disso, à medida que o país abrir acesso ao interior com novos corredores rodoviários e o desenvolvimento de cidades como Manaus, as Forças Armadas passarão a atuar, cada vez mais, como força de fronteira, conferindo presença e controle estatal, conforme imigrantes, traficantes, madeireiros ilegais e outros adentrem esse território relativamente virgem.

Por fim, em praticamente toda a região, as Forças militares continuarão a desempenhar um importante papel em resposta aos terremotos, furacões, enchentes e outros desastres naturais, em função de sua capacidade única para prover os serviços necessários rapidamente e em larga escala, como evacuação, entrega de suprimentos, prestação de serviços médicos, busca e resgate e manutenção da ordem pública. As Forças Armadas da região continuarão a dirigir-se para missões desse tipo, porque elas lhes permitem conectar com seus países de modo extremamente positivo. Contudo, é improvável que a ênfase no papel de resposta a desastres pelas Forças Armadas da região determine a forma pela qual elas se estruturarão e suas aquisições.**MR**

REFERÊNCIAS

1. Isso é improvável, porém — especialmente com o previsto retorno ao poder do Partido Colorado, nas eleições de abril de 2013, no Paraguai, que reforçará ainda mais a resistência do Congresso paraguaio à filiação da Venezuela.

2. No Paraguai também, embora o EPP (Ejército del Pueblo Paraguayo), que é contra o governo, defenda objetivos políticos, estima-se que ele conte com não mais de 10 integrantes.